

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Comiss. Brasileira

CLASS. : AMUR. / ZEE

DATA : 22 fev 89

PG. : 12

φ2

DIVULGAÇÃO



João Alves: Ecologia é preocupação do governo

Comissão fará o zoneamento da Amazônia

O ministro do Interior, João Alves Filho, instalou ontem a Comissão Brasil/FAO, encarregada dos estudos iniciais para o Zoneamento Agroecológico da Amazônia brasileira, e saudou toda a equipe da Comissão e a FAO dizendo que "esse trabalho será um legado para as gerações futuras". João Alves ressaltou em seu pronunciamento que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) é o organismo internacional mais experiente e gabaritado em assuntos da Amazônia, onde vem atuando desde a década de 50.

Segundo o ministro, o Governo brasileiro tem tido uma preocupação permanente com a ecologia e o uso racional dos recursos naturais, a exemplo do projeto de zoneamento agroecológico de Rondônia, já concluído, e dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, em andamento. "O Governo brasileiro vai continuar aperfeiçoando essa política, não para isolar a Amazônia num aquário, como pregam alguns menos avisados — pessoas que não têm a percepção da necessidade desse País em se desenvolver —, mas para a sobrevivência de uma nação com uma demanda anual de 1.700 novos empregos", enfatizou o ministro.

Os entendimentos mantidos entre o Ministério do Interior e a FAO com vistas ao zoneamento da Amazônia tiveram início em 1987 e se consolidaram com a visita do ministro João Alves à sede daquela instituição, em Roma, em junho de 1988, quando ficou definida a formação da Comissão Brasil/FAO, que desenvolverá nos próximos dois meses o levantamento e análise de todos os projetos brasileiros, concluídos ou em andamento. Órgãos como a Sudam, IBGE, governos dos estados do Pará,

Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, além da equipe técnica do Programa Nossa Natureza, participarão, a partir de amanhã, de reuniões destinadas à troca de experiência e comparação das metodologias utilizadas em cada projeto, para a definição de procedimentos unificados de pesquisa e planejamento. O secretário-geral do Ministério do Interior, José Carlos Mello, preside os trabalhos da Comissão, com o apoio operacional da Subsecretaria da Amazônia do Minter.

Falando à imprensa, o ministro João Alves classificou de emocional a mobilização internacional em torno da Amazônia, principalmente quando procura-se confundir a opinião pública com a idéia de que a chamada Amazônia Legal é toda constituída de densa floresta tropical, que está sendo devastada sem qualquer controle. "A Amazônia Legal é uma denominação técnica para áreas que se estende desde as nossas fronteiras ao Norte do País até o Pantanal matogrossense, abrangendo diferentes ecossistemas, como os cerrados, excelentes na produção de grãos, as várzeas, as florestas intermediárias, as florestas densas e algumas formações montanhosas. Este zoneamento agroecológico vai definir com muita clareza quais as vocações, área por área", esclareceu.

João Alves acredita que o assessoramento da FAO ao Governo brasileiro constitui a forma mais indicada para a participação internacional na solução dos problemas amazônicos, já que a instituição é reconhecida em todo o mundo pela sua credibilidade e competência. "Estamos abertos para qualquer tipo de ajuda — científica, técnica e até financeira — desde que seja feita através de entidades nacionais.